

**A. I. N°** - 281394.0704/05-0  
**AUTUADO** - COMERCIAL DE DOCES VINÍCIUS LTDA.  
**AUTUANTE** - EDUARDO TADEU FELIPE LEMPÊ  
**ORIGEM** - IFMT –DAT/SUL  
**INTERNET** - 06. 12. 2005

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0445-04/05

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. OPERAÇÃO REALIZADA SEM NOTA FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Na saída de mercadorias do estabelecimento de contribuinte deve ser emitida a nota fiscal correspondente para documentar a realização da operação. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/07/2005, exige ICMS de R\$1.278,23, em decorrência do transporte de mercadorias sem documentação fiscal.

O autuado em sua defesa, às fls. 19/20 dos autos, impugnou o lançamento tributário, alegando que “em virtude do Transportador ser mal orientado pelo seu contador estava portando nota Fiscal, que não atendia os preceitos legais estabelecidos pelo Decreto 6.284/97.”

Diz que a base de cálculo do imposto cobrado pelo autuante não está clara, pois teria que seguir as normas descritas no artigo 408-O, do RICMS/97.

Salienta que, se as referidas mercadorias estavam irregulares, ou seja, sem nota fiscal, caberia ao autuante regulariza-las, mediante emissão de nota fiscal avulsa, porém, isso não aconteceu.

Acrescenta que diversas mercadorias são enquadradas no regime de Substituição Tributária, estando com a fase de tributação encerrada.

Ao finalizar, requer a nulidade ou improcedência do Auto de Infração.

Na informação fiscal, fl. 33, o autuante esclarece que a ação fiscal teve início em Cristópolis, 70 Km da cidade de Barreiras, quando a UMF encontrou o veículo de placa JIJ-6432 carregado de mercadorias, não sendo apresentado nenhuma nota fiscal, estando o autuado com talão de orçamento conforme folha 06.

Com relação a base de cálculo informa que foram utilizados os preços constantes no talão de orçamento, na presença dos proprietários, conforme art. 408-O, inciso II, do RICMS/97.

#### VOTO

Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o Auto de Infração foi lavrado para exigir o imposto em decorrência da constatação, pela fiscalização de trânsito, de transporte de mercadorias sem a competente documentação fiscal.

Entendo que a infração encontra-se caracterizada, haja vista que o autuado foi flagrado transportado mercadorias sem documentação fiscal, mediante o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos n° 281394.0704/05-0, no qual consta a apreensão de diversas mercadorias, que eram transportadas no veículo placa JIJ6432, sem documentação fiscal.

O próprio sujeito passivo, em sua peça defensiva, confessa o cometimento da infração quando afirma que “em virtude do Transportador ser mal orientado pelo seu contador estava portando nota Fiscal, que não atendia os preceitos legais estabelecidos pelo Decreto 6.284/97.”

Em relação ao questionamento relativo a apuração da base de cálculo, conforme cópia do orçamento, folha 06, e demonstrativo acostado às folhas 11/14, o autuando seguiu a orientação constante no inciso II, do art. 408-O, do RICMS/97 “IN VERBIS”.

*“Art. 408-O. Sendo encontradas mercadorias em poder de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante desacompanhadas de documentação fiscal ou com documentação considerada inidônea, será exigido o pagamento do ICMS, adotando-se como base de cálculo:*

*...  
II - o preço de pauta fiscal no varejo, se houver, ou o preço de venda a varejo no local da ocorrência.”*

Ressalta que, em relação a falta de emissão da nota fiscal avulsa no ato da ação fiscal, a mesma não elide a infração praticada pelo autuado, principalmente sendo a ação fiscal desenvolvida à 70 Km da sede da Inspetoria Fazendária.

Quanto a alegação de que algumas das mercadorias estavam com a fase de tributação encerrada, a mesma não pode ser acolhida, uma vez que as mercadorias apreendidas estavam sem documentação fiscal, logo não poderia provar que o imposto já havia sido recolhido. Vale ainda salientar, em relação às cópias de notas fiscais que o impugnante junta aos autos às fls. 21 a 31, que conforme dispõe o artigo 911, parágrafo 5º, do RICMS/97, o trânsito irregular de mercadorias não se corrige pela ulterior apresentação do documento fiscal.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281394.0704/05-0**, lavrado contra **COMERCIAL DE DOCES VINÍCIUS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento imposto no valor de **R\$ 1.278,23**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de novembro de 2005.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - JULGADOR